

Belo Horizonte, 06 de julho de 2020

Ilmo. Sr.

Robson Eugênio Pires

Diretor da Secretaria da 1ª Câmara

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Ref.: Processo nº 1.058.700 – Tomada de Contas Especial

Senhor Diretor,

Em resposta ao Ofício nº 6953/2020 do dia 1º passado, venho a informar V.Sa. que o meu desligamento da MGI – Minas Gerais Participações S.A. ocorreu em 01 de fevereiro de 2015, e analisando o Parecer emitido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais emitido em 13/03/2020, o Relatório Análise da Defesa emitido por esse Tribunal em 05/02/2020, bem como o Relatório Tomada de Contas Especial emitido por esse Tribunal no dia 14/05/2020, faço os comentários abaixo:

Atenciosamente,

Fernando Antônio dos Anjos Viana

VISTORIAS

Simultaneamente, as liberações das 1^{as} parcelas dos convênios, realizamos uma licitação para contratação de veículos com motoristas, e incluindo todos os custos de deslocamentos para vistoriar todas as obras vinculadas aos respectivos convênios, conforme Pregão Eletrônico MGI nº 003/2014. Vide páginas 3 e 4 a seguir.

Foi dado início a licitação para contratar empresas de vistorias, com registro no CREA –Conselho Regional de Engenharia.

Para suportar todos os custos inerentes, havia disponibilidade financeira de R\$ 65.254.000,00 – Vide página 6.

Entretanto, não sei dizer o porquê a MGI não deu seguimento as essas vistorias.

MGI locação de veículos para vistoriar convênios editaldepregaoeletronico03-2014.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas MGI locação de veí... x

Fazer login

3 / 25 130%

Compartilhar

MGI
MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

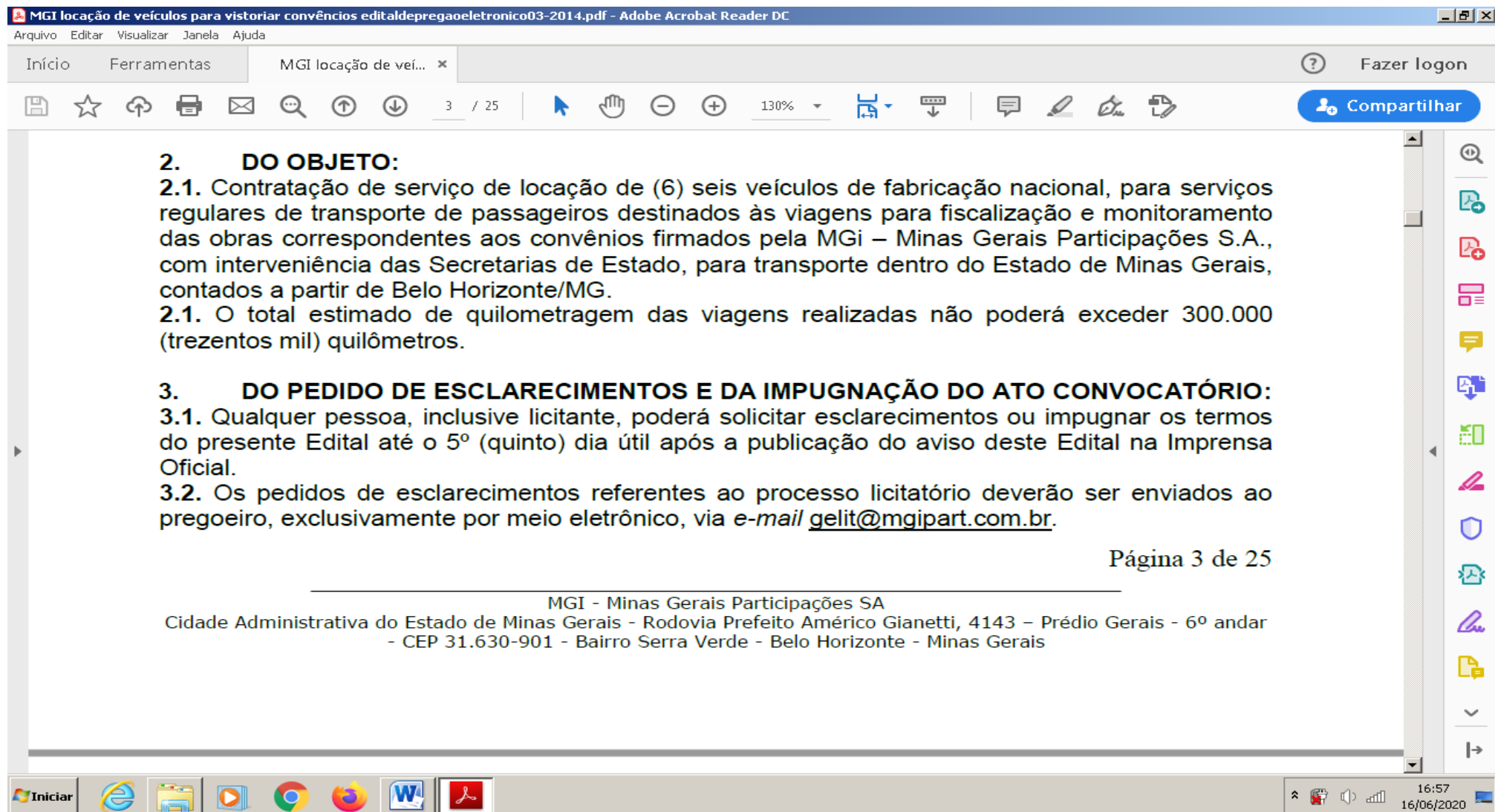
Edital Pregão Eletrônico N° 003/2014

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO MGI N° 003/2014

1 PREÂMBULO:

1.1. A MGI – Minas Gerais Participações S.A., pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Pública Indireta, nos termos do artigo 14, inciso V, § 1º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, nos termos do disposto no artigo 12, inciso X, alínea "c", da Lei Delegada nº 179, de 01/01/2011, com sede na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves – Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 4143, Edifício Gerais, 6º andar, CEP 31.630-901, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.296.342/0001-29, neste ato representada por seus Diretores, doravante denominada apenas **MGI**, torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, em sessão pública, através do site www.licitacoes-e.com.br, para contratação de serviços regulares de transporte de passageiros, destinados às viagens de empregados, assessores, diretores, dentre outros, exclusivamente a serviço da MGI que deverão ser transportados dentro do Estado de Minas Gerais, conforme especificado no Edital de Pregão Eletrônico N° 003/2014.

16:57
16/06/2020



Demonstrações Financeiras do exercício de 2014

Na página 7 abaixo, há o Parecer da KPMG, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, último ano que participei da Diretoria daquela Empresa, e não constava ressalva sobre os convênios.

MGI mgibalanco2014.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas MGI mgibalanco2... x

Fazer login

Compartilhar

termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$ 650.000 foi considerado o valor justo no reconhecimento inicial.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	7	3	7	3
Aplicações financeiras	65.247	113.586	65.247	113.586
	65.254	113.589	65.254	113.589

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Arcelor Mittal	a. 4.114	3.963	4.114	3.963
TDA	b. 154	159	154	159

255 x 320 mm

15:25 16/06/2020



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

8/8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MGI - Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, e em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, de 10 de Março de 2015, entendemos que elas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, e opinamos favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Opina, ainda, este Conselho, favoravelmente à aprovação da proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral dos Acionistas relativa à destinação do lucro líquido do exercício.

Belo Horizonte, 10 de março de 2015.

Hugo Márcio Lemos Teixeira

João Antônio de Souza

Maria Lioni de Oliveira

Paulo Roberto Menicucci

Pedro Meneguetti

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09. Declaramos, na qualidade de diretores da MGI - Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Belo Horizonte, 10 de março de 2015.

A Diretoria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09. Declaramos, na qualidade de diretores da MGI - Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Belo Horizonte, 10 de março de 2015.

A Diretoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
MGI - Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 21 (o) às demonstrações financeiras que descreve que o reconhecimento e mensuração inicial dos Direitos de Créditos Autônomos no valor de R\$1.086.443 mil em 24 de julho de 2012 foram efetuados considerando o valor justo estimado de acordo com os critérios descritos e conforme requerido pelo CPC 38 - Reconhecimento e

mensuração e CPC 46-Mensuração do valor justo. O valor justo estimado poderia ser diferente caso existisse um mercado de negociação ativo para tais instrumentos financeiros. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 10 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6-F-MG

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Demonstrações Financeiras do exercício de 2015

No encerramento deste exercício, onde já não mais fazia parte da Diretoria, havia 286 convênios sem a validação das prestações de contas, e sem as vistorias nos locais, conforme citado na nota explicativa da página 10 abaixo, como também no Parecer dos Auditores Independentes(página 11 abaixo).

MGI mgi_balanco_2015.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas MGI mgi_balanco_... x

Fazer login

Compartilhar

5 / 10 200%

Secretaria

c. Direto
EMG co
interveni
Gerais e
de quais
direitos,
de Crédi
Contrato
O valor
do total
um valor
e a Comp
como co
Direitos
pela SEF

As pare
demonst

5.3 Transações que não afetaram o caixa

Em 29 de abril de 2015, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas deliberaram que o saldo remanescente do Lucro Líquido, foi destinado para o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$179.275, já em 30 de abril de 2015, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia na condição de acionista única da EMIP-Empresa Mineira de Parcerias S.A., abdicou do recebimento dos dividendos obrigatórios do exercício em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$4.900, deliberando que fosse destinado para o aumento do capital social da Companhia. Essas transações não envolveram caixa, por isso, não está refletido na demonstração do fluxo de caixa.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	3	7	6	7
Aplicações financeiras	228.769	65.247	229.770	65.247
	<u>228.772</u>	<u>65.254</u>	<u>229.776</u>	<u>65.254</u>

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Os Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Ba2 e Aaa, baseado na agência Moody's.

284 x 350 mm

Iniciar

15:34
16/06/2020

MGI mgi_balanco_2015.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas MGI mgi_balanco_... x

8 / 10 125%

Fazer login

Compartilhar

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e não foi constituída reserva legal visto que a Companhia apresentou resultado líquido negativo. No encerramento de 31 de dezembro de 2014, a reserva legal não foi constituída porque foi utilizada para compensar prejuízos acumulados do ano anterior.

Controladora e Consolidado

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		reapresentado		reapresentado
Resultado	(611.512)	183.197		

c. Ações em tesouraria
A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

d. Retenção de Lucros
A Companhia não efetuou retenção de lucros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, em razão de ter apresentado resultado líquido negativo.

e. Dividendos
O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não efetuou distribuição de dividendos.

f. Juros sobre capital próprio
A Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício. A distribuição de juros sobre capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do presente exercício, observa os limites previstos na Lei nº 9.249/95.

g. Lucro líquido por ação básico

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		reapresentado		reapresentado
Média quant. ações período (em mil)	575.929	575.929	575.929	575.929
Resultado do período	(611.512)	183.197	(611.512)	183.197
Resultado lote mil ações (em R\$)	(1.062)	318	(1.062)	318

h. Prejuízos acumulados
A Companhia identificou que ativos (direitos creditórios - nota 08) e passivos financeiros (debêntures subordinadas - nota 14), não estavam sendo mensurados de forma adequada. Os ajustes impactaram diretamente na redução dos resultados dos exercícios de 2012 a 2014 e, consequentemente, a Companhia distribuiu JCP e dividendos a maior, assim como integralizou reserva de capital indevidamente. O impacto de tais ajustes está demonstrado nos prejuízos acumulados da Companhia.
A Companhia contratou um escritório de Advocacia especializado para analisar os efeitos tributários e societários relevantes a esta reapresentação. Até esta data, tais estudos não foram concluídos e validados pela administração.

19 Receita

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		reapresentado		reapresentado
Receitas de serviços				
- Parte Relacionada	2.049	2.814	2.049	2.814

Convenções

	31/12/2014	movimentação	31/12/2015
	saldo inicial		saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	17.957	(12.568)	5.389
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG - SEDNOR	1.925	(10)	1.915
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana - SEDRU	87.367	11.552	98.919
Sec. Est. Defesa Social - SEDS	10.131	6.461	16.592
Sec. Est. Turismo de MG - SETUR	14.733	(8)	14.725
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG - SETOP	837.940	26.946	864.886
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	35.996	(3.954)	32.042
Sec. Est. Governo - SEGOV	181	(1)	180
Sec. Est. Cultura - SEC	-	12.759	12.759
Sec. Est. Desenvolvimento Econômico - SEDE	-	3.600	3.600
	1.006.230	44.777	1.051.007

A prestação de contas destes convênios deverá ser feita pela Conveniente à MGI ao final dos prazos dos convênios ou dos aditamentos efetuados. O prazo estabelecido é de 90 dias da data de término do Convênio. Essa prestação de contas tem como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados às convenientes. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentava em seus controles internos o total de 286 convênios vencidos sem a respectiva validação da prestação de contas por parte das Secretarias, levando em consideração que as inspeções físicas foram delegadas à estas Secretarias e são requisitos para a aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas. O total de convênios celebrados com estas entidades e que se encontram por ora vencidos e sem a respectiva prestação de contas monta a R\$584.891 mil.

Controladora e Consolidado

	Valor do Convênio	Quantidade de Convênios
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	4.830	49
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG - SEDVAN	1.925	28
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana - SEDRU	42.866	157
Sec. Est. Turismo de MG - SETUR	8.486	26
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG - SETOP	520.081	8
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	3.773	16
Sec. Est. Governo de MG - SEGOV	181	1
Sec. Est. Desenv. Econômico de MG - SEDESE	2.749	1
	584.891	286

A administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar referida prestação de contas e aprimorando os seus controles internos no sentido de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais.

Apresentação em base líquida
a) Para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou o aporte de

Titulos e Valores Imobiliários
Ctas a rec de clientes e outros Crec
Impacto no Ativo Total

PASSIVO
Obrigações por repasse
Impacto no Passivo Total e PL

23 Contingências não provisionadas
O principal processo da Companhia jurídicos como possível, está relacionado à anulação do contrato de Subsidária não possui processos judiciais em trâmite contra a Companhia. O processo em trâmite contra a Companhia cujo objeto é a anulação do contrato de transferência à Góes Cohabita Particip Agrimisa S.A., além de contrato de efetuação pela Companhia ao Banco Agrimisa, atualmente em liquidação, Companhia, não havendo efeitos financeiros em nossas contas de provisão (veja no valor atualizado da causa é de aprova existe também a discussão judicial sobre Valores atualizados pela taxa Sel efetuamos a provisão para perda de de perda é considerado possível.

24 Instrumentos financeiros
Gerenciamento de risco financeiro
a. Visão geral
A Companhia e suas controladas aplicam instrumentos financeiros:
• Risco de crédito
• Risco de liquidez
• Risco de mercado
• Risco operacional
Essa nota apresenta informações sobre os objetivos, políticas e processos de gerenciamento de capital da Companhia adicionais são incluídas ao longo do documento.

b. Estrutura do gerenciamento de risco
O Conselho de Administração tem a estrutura de gerenciamento de risco Fiscal, que atua de acordo com a política de gerenciamento de risco enfrentados, para definir limites e e aderência aos limites. As políticas frequentemente para refletir mud. Companhia e de suas controladas, de treinamento e gerenciamento, ob e construtivo, no qual todos os em

c. Risco de crédito
Risco de crédito é o risco da Companhia



38 – SEXTA-FEIRA, 01 DE JULHO DE 2016

DIÁRIO DO EXECUTIVO

MINAS GERAIS - CADERNO 1



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

10/10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
MGI - Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

De acordo com a nota explicativa 22, as prestações de contas referente aos convênios devem ser efetuadas pelo Conveniente em até 90 dias da data do término de cada convênio. Até a conclusão da nossa auditoria, os controles internos adotados pela Administração referente a essas prestações de contas apontavam o total de 286 convênios no montante de R\$584.891 mil vencidos sem a respectiva validação da prestação de contas por parte das Secretarias, de forma que não foi possível certificar sobre a adequada aplicabilidade dos recursos, conforme objetivo inicial dos convênios. Adicionalmente, identificamos que as prestações de contas parciais dos convênios são realizadas com base na análise documental de forma a não certificar sobre a adequada aplicabilidade dos recursos, uma vez que a Companhia não possui controles internos implementados para inspeção física destes convênios. Consequentemente, não foi possível determinar se existem efeitos a serem efetuados na rubrica de Convênios, advindos destas situações e firmar juízo sobre as divulgações mínimas referente a tais prestações em 31 de dezembro de 2015.

Conforme nota explicativa 18, até o término dos nossos trabalhos a Companhia ainda não havia concluído as análises decorrentes dos impactos tributários e societários decorrentes dos efeitos aos resultados dos exercícios passados e patrimônio líquido advindos dos ajustes

identificados na nota explicativa número 3 - Retificação de erros. Dessa forma, por meio dos nossos testes, não nos foi possível concluir sobre os possíveis impactos deste assunto, bem como sobre a necessidade de divulgações adicionais.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se existentes, dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos, se existentes, dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes - CRC 25P014428/O-6
Anderson Luiz de Menezes - Contador CRC MG-070240/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MGI - Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Após verificarem que os documentos citados representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, considerando o Parecer da KPMG Auditores Independentes sobre eles emitido, observadas as ressalvas pontuadas, opinamos favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Belo Horizonte, 24 de junho de 2016.

Marcelo Antônio Ferreira Velloso

Nilmário de Miranda

Natália Freitas Miranda

Neyanne Goulart Corrêa

Francisco Eduardo Moreira

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI - Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e aprovamos nos termos da Carta de representação as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2016.

A Diretoria

1200 cm -30 852540 - 1

284 x 350 mm



Demonstrações Financeiras de 2016

Já no final do exercício de 2016, a quantidade de convênios pendentes de vistorias e prestações de contas subiu para 697 (vi de página 14).

Na página 15 abaixo, novamente, a Empresa de Auditoria (KPMG) apresentou ressalva em seu Parecer, sobre as pendências com relação aos convênios.

MGI mgi_demonstracoes_financeiras_2016 (1).pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas MGI mgi_demonstr... x

Fazer login

Compartilhar

12 / 79

100%

MGI
MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.167	228.772	7.307	229.776
Titulos e valores mobiliários	6	252.701	158.359	252.701	158.359
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	118.268	145.899	117.511	145.798
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	20.325	11.782	20.325	10.626
Tributos a recuperar	9	13.171	34.385	13.346	35.748
Imóveis para venda		-	-	6.224	9.878
Outras contas		151	123	181	143
Total do ativo circulante		411.783	579.320	417.595	590.328
Titulos e valores mobiliários	6	-	35.271	-	35.271
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	1.026.098	954.417	1.067.126	995.160
Opções flexíveis de venda	8	59.477	38.770	59.477	38.770
Tributos a recuperar	9	24.407	-	25.629	-
Depósitos judiciais	10	3.816	3.761	3.907	3.761

297 x 210 mm

15:47
16/06/2020

MGI mgi_demonstracoes_financeiras_2016 (1).pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas MGI mgi_demonstr... x

Fazer login

Compartilhar

57 / 79 100%

contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados as convenientes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 849 convênios vencidos. Desse universo, 152 convênios, até a data destas demonstrações, já prestaram contas ou ainda não estão sujeitos a prestação de contas, conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	Valor
Convênios vencidos há mais de 90 dias	849	799.226
Convênios não publicados cf Resolução Estadual 016 e 026 de 2016	(98)	(33.980)
Aprovados e Aprovados com Ressalva	(29)	(9.796)
Em análise na MGI e Encerrados	(7)	(1.888)
Possibilidade de Covalidação (pode voltar a ser vigente)	(18)	(5.590)
TOTAL de convênios pendentes de prestação de contas	697	747.972

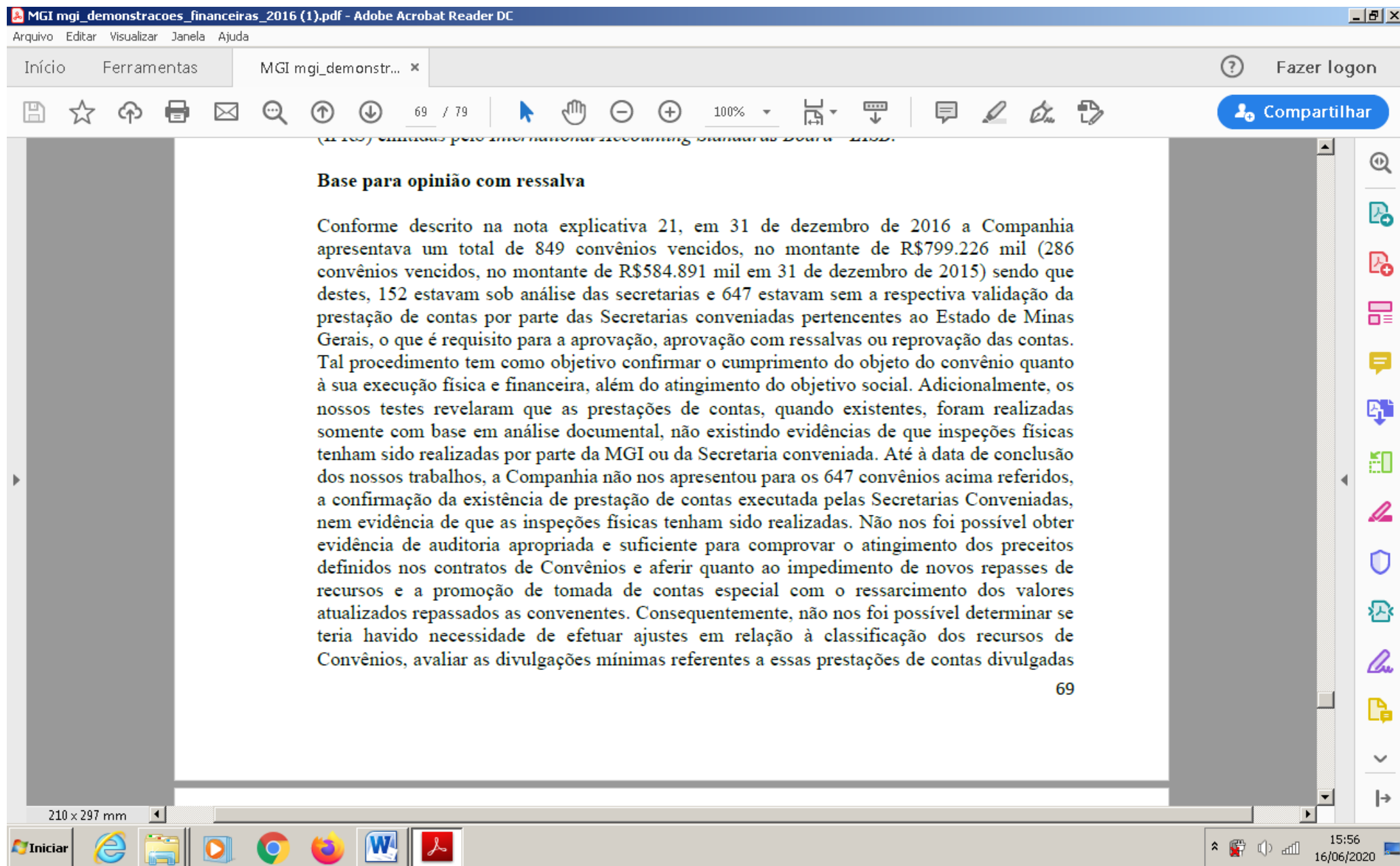
Os 697 convênios pendentes de prestação de contas representam um montante de R\$ 747.972. Desse total, 321 convênios tiveram suas prestações de contas protocolizadas nas Secretarias de Estado, a quem compete, por delegação, a análise preliminar da prestação de contas – inspeção física e auditoria da execução financeira –, para posterior emissão de parecer técnico recomendando a aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas.

Em relação aos 376 convênios restantes, estes são objeto de medidas administrativas para regularização da omissão no dever de prestar contas.

O quadro abaixo detalha os convênios vencidos cuja prestação de contas ainda não foi recebida pela MGI:

210 x 297 mm

15:52 16/06/2020



Demonstrações Financeiras do exercício de 2017

Na página 18 abaixo, a nota explicativa às Demonstrações Financeiras apontava que a quantidade de convênios com pendências de vistorias e prestações de contas, elevou-se para 887.

A partir deste exercício, a empresa de auditoria externa passou-se a ser a Ernst & Young, que em seu Parecer fez um comentário (vide página 21 abaixo).

Nas páginas 19 e 20 abaixo, a nota explicativa às Demonstrações Financeiras de 2017, reproduz opiniões do advogado contratado, sobre a situação dos convênios.

MGI mgi_demonstracoes_financeiras_2017.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas MGI mgi_demonstr... x

Fazer login

24 / 83 126%

Compartilhar

MGI
MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.961	7.167	8.983	7.307
Títulos e valores mobiliários	6	203.368	252.701	203.368	252.701
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	49.534	118.268	49.503	117.511
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	40	20.325	40	20.325
Tributos a recuperar	9	8.683	13.171	8.815	13.346
Imóveis para venda		-	-	5.635	6.224
Outras contas		138	151	138	181
Total do ativo circulante		269.724	411.783	276.482	417.595
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	1.179.919	1.026.098	1.220.790	1.067.126
Opções flexíveis de venda	8	85.521	59.477	85.521	59.477
Tributos a recuperar	9	26.554	24.407	27.779	25.629
Depósitos judiciais	10	3.806	3.816	3.806	3.907
Investimentos em controlada	11	46.676	47.903	-	-
Outros investimentos	12	38.101	67.814	38.101	67.814

16:01
16/06/2020

As prestações de contas desses convênios devem ser apresentadas pelos Convenientes à MGI em até 90 dias após o vencimento dos convênios ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas têm como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 887 convênios vencidos há mais de 90 dias sem o recebimento das respectivas prestações de contas, conforme detalhado abaixo:

Convênios	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	Valor
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	49	4.840
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR	2	135
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	142	37.494
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP	6	14.666
Sec. Est. Esportes de MG – SEESP	1	6.172
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	10	6.121
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	577	215.712
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	100	26.564
	887	311.704

- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda numa eventual defesa (remoto, possível e provável).

Com base em parecer de especialistas, a administração conclui que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e art. 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

- a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;



MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

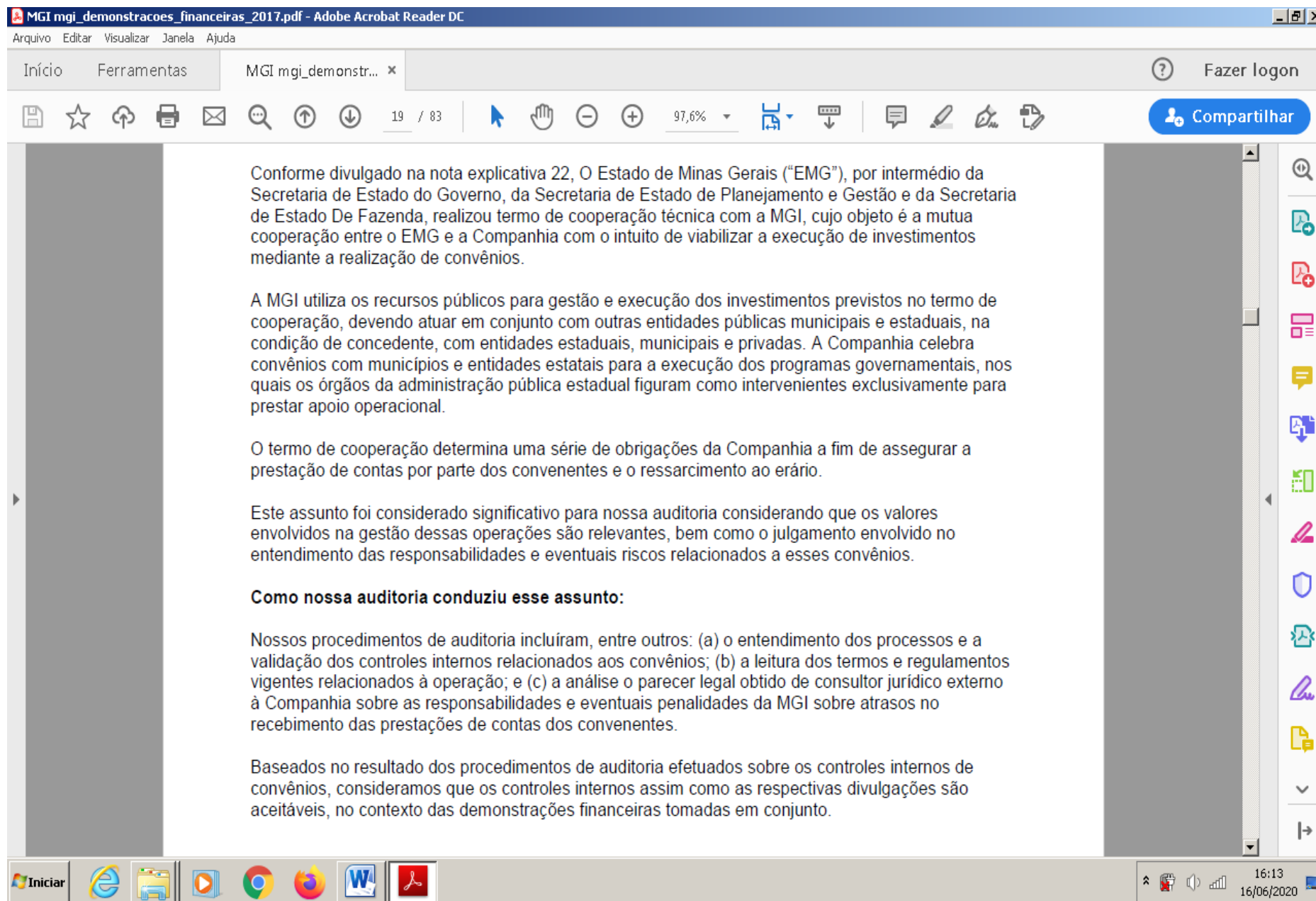
d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos.”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos nessa informação intermediária, conforme apresentado abaixo:

CONTROLADORA	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017 Divulgado	CONTROLADORA	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017 Divulgado
Ativo				Passivo			
Titulos e valores mobiliários	215.935	(12.567)	203.368	Obrigações porrepasse - convênios	1206.776	(1.186.624)	20.152
Ctas a receber e outros créditos	2.353.975	(1174.056)	1.179.919	Outros	1630.249	-	1630.249
Outros	267.114	-	267.114				
Total do ativo	2.837.024	(1.186.623)	1.650.401	Total do passivo e PL	2.837.025	(1.186.624)	1.650.401
CONSOLIDADO	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017 Divulgado	CONSOLIDADO	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017 Divulgado



Demonstrações Financeiras do exercício de 2018

No final deste exercício, conforme citado na nota explicativa das respectivas Demonstrações Financeiras (página 24 abaixo), a quantidade de convênios com pendências, elevou-se para 980.

Entretanto, o Parecer da Ernst & Young, já não faz mais menção as estas pendências.

MGI mgi-demonstracoes-financeiras-completas 2018.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Início Ferramentas MGI mgi-demonstr... x

Fazer login

Compartilhar

22 / 82 126%

MGI
Minas Gerais Participações S.A.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
		(reapresentado)		(reapresentado)	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.146	7.961	4.538	8.983
Títulos e valores mobiliários	6	177.339	203.368	177.339	203.368
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	95.581	49.534	94.794	49.503
Opções flexíveis de venda		9	-	9	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	436	40	436	40
Tributos a recuperar	9	17.169	8.683	17.527	8.815
Imóveis para venda		-	-	3.642	5.635
Outras contas		1.633	138	1.668	138
Total do ativo circulante		296.313	269.724	299.953	276.482

16:15
16/06/2020



As prestações de contas desses convênios devem ser apresentadas pelos Convenientes à MGI em até 90 dias após o vencimento dos convênios ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas têm como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 980 convênios vencidos há mais de 90 dias sem análise das respectivas prestações de contas, conforme detalhado abaixo:

Convênios	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	Valor
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	1	100
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	135	35.945
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP	6	14.666
Sec. Est. Esportes de MG – SEESP	1	6.172
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	17	5.839
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	712	801.471
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	105	28.208
Sec. Est. Governo - SEGOV	2	350
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES	1	3.600
	980	896.351



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 20 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Flávio de Aquino Machado
Contador CRC-1MG065899/O-2